



# territórios negros

Informativo de apoio às Comunidades Negras e Quilombolas • Publicação de KOINONIA

ano 8 • nº 32 • dez./2007-fev./2008

## editorial

Apesar de a maior parte do judiciário brasileiro continuar desconhecendo a existência dos acordos internacionais que garantem os direitos das populações tradicionais, o Governo Federal não pode esquecer que tem obrigação de cumpri-los. Por isso, quando, no final de 2007, o governo cedeu às pressões dos setores mais conservadores da sociedade e decidiu modificar as normas do processo de regularização fundiária de territórios quilombolas – tornando-o mais complexo e lento –, o movimento quilombola e as entidades de apoio tiveram que se articular para exigir a realização de uma consulta às próprias comunidades interessadas. Tal consulta está prevista como obrigação do Estado na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, que em 2004 adquiriu força de lei.

Primeiro o governo tentou realizar a consulta de forma improvisada e sem convocação oficial antecipada, aproveitando a presença de lideranças quilombolas em Brasília para um outro evento. Se essa tentativa tivesse obtido sucesso, a consulta teria sido um ato puramente formal, realizado apenas para confirmar uma decisão que o governo já havia tomado. Como as lideranças quilombolas se recusaram a aceitar que a consulta ocorresse dessa forma, a Advocacia Geral da União (AGU) se viu obrigada a solicitar à Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Quilombolas Rurais Negras (CONAQ) que apresentasse uma proposta de como realizar uma consulta nacional que garantisse a participação efetiva dos povos quilombolas. Em fevereiro, a CONAQ enviou à AGU um documento com suas sugestões para um verdadeiro processo de consulta, isto é, informativo, participativo e de caráter nacional.

O caso é importante por várias razões. A primeira, e talvez a principal delas, está na necessidade de corrigir uma distorção produzida pela prática política e administrativa sobre a idéia de representação. Em várias reuniões e fóruns em que se conta com a presença de quilombolas, assim como de indígenas e outras categorias coletivas, muitas vezes os assuntos são discutidos propositalmente em linguagem muito técnica, de difícil acesso aos representantes das comunidades. Isso impede que os representantes exerçam o seu papel político de atuar como porta-voz do grupo, assumindo apenas no papel de figurantes em um evento em que não conseguem participar dos debates e das tomadas de decisão.

Daí a importância dessa situação surgida agora, em que o movimento quilombola deve apresentar uma proposta de consulta nacional que crie condições de romper o modelo de tomadas de decisão predominante até o momento, sempre de cima para baixo. Por isso seria necessário pensar essa consulta não como um evento pontual e isolado, no qual serão reunidos representantes pouco informados sobre a pauta a ser debatida, mas como um processo mais amplo, que sirva para aprofundar o conhecimento dos representantes quilombolas sobre os procedimentos de regularização fundiária dos territórios quilombolas. Além disso, a consulta deveria ser uma oportunidade para aperfeiçoar os canais de comunicação mais direta entre os representantes das comunidades nos níveis local, estadual, regional e nacional.

Nesse sentido, a proposta de uma consulta nacional pode significar, neste momento de grande agressividade do movimento anti-quilombola, tanto o risco de mais perdas (caso os quilombolas se façam presentes apenas de forma figurada, sem força política), quanto uma oportunidade inédita de dar uma nova qualidade à relação entre comunidades, a CONAQ e o Estado Nacional.

• NACIONAL

**COMISSÕES VOTAM PROJETO CONTRA DECRETO 4.887/03**

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural aprovou, no dia 19 de dezembro, o Projeto de Decreto Legislativo 44 que anula os efeitos do Decreto 4.887/03, do Presidente Lula, que regulamenta a demarcação de terras quilombolas. Há pouco mais de um mês, no dia 6 de novembro, o mesmo projeto foi rejeitado pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias. Agora, o projeto seguirá para a Comissão de Constituição e Justiça e, caso seja aprovado, a queda do Decreto será votada em plenário.

Fonte: Agência Brasil, Portal Vermelho, Site Câmara dos Deputados.

**PROPOSTA DE NOVA INSTRUÇÃO NORMATIVA PREJUDICA QUILOMBOLAS**

No dia 29 de novembro, a Advocacia Geral da União (AGU) enviou um ofício à (CONAQ) informando que criou uma nova instrução normativa para aperfeiçoar os processos de titulação das terras quilombolas. No ofício, a AGU também convidava os quilombolas para uma consulta sobre a nova instrução que deveria ser realizada nos dias 10 e 17 de dezembro.

A CONAQ e diversas entidades que defendem a garantia dos direitos quilombolas, como KOINONIA e a Associação Brasileira de Antropologia (ABA), reagiram contra as mudanças na instrução. Segundo elas, tais mudanças significam um recuo do governo brasileiro no reconhecimento dos direitos quilombolas. As entidades enviaram um documento à Casa Civil, à AGU e ao Inbra contra a reformulação da instrução normativa, afirmando

que “a nova instrução inviabiliza na prática a titulação das terras de quilombo ao instituir uma série de novos entraves burocráticos no procedimento administrativo, como estudos extensos, dispendiosos e demorados, e maior espaço para as contestações de terceiros.” Além disso, para os quilombolas e as entidades que os apóiam, a chamada “consulta” não apresentou os princípios de um verdadeiro processo participativo e democrático, uma vez que foi convocada de última hora pela AGU. O Grupo de Trabalho do governo, que se desenrola há pelo menos dois meses, não considerou o ponto de vista dos quilombolas para formular a nova instrução, e isso descumpra a Convenção 169 da OIT, que garante a participação das comunidades quilombolas em tudo que as afete.

Fonte: ABA, CONAQ, Folha de São Paulo, Informe Abong, n. 412, Surgente Boletim do Sindipetro-RJ.

**KOINONIA RESPONDE ATAQUES**

Em resposta aos recorrentes ataques à causa quilombola em geral, e à comunidade da Marambaia e à KOINONIA em particular, KOINONIA produziu o artigo *Opinião, leviandade: direitos coletivos e democracia* confrontando erros, mentiras e lacunas veiculados recentemente em jornais do Rio de Janeiro e de São Paulo. No dia 24 de dezembro, o artigo foi publicado no Jornal O Globo com uma mudança no título original. Além disso, desrespeitando o direito de resposta, o jornal O Estado de São Paulo, sem oferecer nenhuma justificativa, recusou-se a publicar.

Fonte: KOINONIA

Leia o artigo de KOINONIA na íntegra no Observatório Quilombola ([www.koinonia.org.br/oa](http://www.koinonia.org.br/oa)): [KOINONIA responde ataques](#) (23/1/2008).

• NOS ESTADOS

**MA**

**PM INVADE MATA VIRGEM**

No dia 20 de novembro, Dia Nacional da Consciência Negra, policiais militares de Codó (MA) entraram na comunidade de Mata Virgem fortemente armados e, sem mandado judicial, invadiram e revistaram 11 casas. Os policiais agrediram verbalmente os moradores, entre eles crianças, e obrigaram um deles a arrombar uma casa. No dia seguinte, representantes de entidades que apóiam os quilombolas estiveram no gabinete do comandante da Polícia Militar no município, major Ruy Fernandes, para cobrar explicações. Segundo o comandante, a ação dos policiais aconteceu porque dois homens registraram queixas contra moradores de Mata Virgem, que os teriam ameaçado de morte. O comandante disse que averiguará se houve excessos, mas considerou a ação normal. O caso será denunciado ao Ministério Público, Secretaria de Segurança do Estado e Ouvidoria Agrária do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Fonte: e-mail enviado para o GT Quilombos  
Fonte e Imirante.com

**AMOSTRAS DE SOLO RETIRADAS ILEGALMENTE**

Entre os dias 5 e 10 de novembro, foram recolhidas amostras dos solos das comunidades de Baracatatiua e de Mamuna, localizadas no território de Alcântara, sem a permissão dos quilombolas. No mesmo período, a ex-consultora da Agência Espacial Brasileira, Laura Urrejolas, visitou as comunidades. Apresentou-se como funcionária da Atech que, segundo ela, é uma empresa contratada pela Ucrânia para pesquisar os melhores locais entre Baracatatiua e Mamuna

para implantar um dos sítios de lançamento que compõem o Centro Espacial de Alcântara (CEA), resultado da expansão do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA). Laura explicou que a Atech seria intermediária entre os quilombolas e a Ucrânia e que a retirada das amostras dos solos foi autorizada pelo Departamento Nacional de Produção Mineral.

Fonte: Carta enviada ao Grupo de discussão GT Quilombos

## AL

### FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Dezessete professores de comunidades quilombolas receberam, no dia 3 de dezembro, certificados de formação continuada após a conclusão dos dez Encontros Afro-Alagoanos de Educação, realizados em 2007, com 80 horas de atividades. O curso foi realizado pela Gerência de Educação Étnico-Racial da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte de Alagoas para ajudar a colocar em prática a Lei estadual 6.814/07. Essa lei, sancionada em 2 de julho de 2007, tornou obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira no currículo escolar.

Fonte: Primeira Edição e site do Governo do estado de Alagoas

### MEMORIAL QUILOMBO DOS PALMARES

Foi inaugurado, no dia 19 de novembro, o Parque Memorial Quilombo dos Palmares, na Serra da Barriga, local que abrigou o quilombo dos Palmares e já tombado como patrimônio histórico-cultural brasileiro. Durante a inauguração, o ministro Gilberto Gil anunciou a liberação de R\$ 1,2 milhão para a promoção de projetos culturais e ações que valorizem e conservem o Parque. O memorial é composto por diversos ambientes como uma casa

de farinha, uma casa de apoio aos religiosos e um local para apresentações culturais.

Fonte: Informe Palmares, n.28.

## BA

### MODA AFRO

Trinta e oito mulheres de comunidades quilombolas e Terreiros de São Bartolomeu e Rio Sena, região do Subúrbio Ferroviário de Salvador, participam do Moda Afro-Cidadã, parte do Projeto Empreendedores da Economia Solidária, promovido pelo Sebrae. Durante o ano de 2007, as mulheres participaram de oficinas de capacitação em costura, modelagem e corte e depois começaram a produzir mercadorias e comercializá-las em feiras. Os próximos passos serão criar uma cooperativa e conseguir um espaço fixo para vender os produtos confeccionados.

Fonte: Adital



Manoela Vianna

### PAU D'ARCO PARATECA PRÓXIMA DA TITULAÇÃO

Foi publicada no Diário Oficial da União (DOU), no dia 19 de dezembro, a portaria definitiva do Inbra que reconhece e declara o território de Pau D'arco Parateca como remanescente de quilombo. Somente foi possível chegar a essa fase após o atendimento de vários requisitos, como a auto-identificação da comunidade como quilombola, a publicação do relatório técnico do Inbra nos diários oficiais da União e do Estado e as respostas às contestações

apresentadas por proprietários de áreas do território. Agora o Inbra pode iniciar a desapropriação de 41.780 hectares do território, sendo que 7.801,44 hectares já foram titulados em setembro de 2006 devido à concessão da Gerência Regional de Patrimônio da União no estado. Pau D'arco Parateca fica em Malhada, oeste baiano, e é formada por 423 famílias.

Fonte: Boletim Destaque Seppir, n.134

### PUBLICADO RELATÓRIO DE SÃO FRANCISCO DO PARAGUAÇU

No dia 18 de dezembro foi publicado nos diários oficiais da União e do Estado o RTID da comunidade de São Francisco do Paraguaçu, localizada em Cachoeira, região do Recôncavo baiano. A publicação foi possível após cancelamento da liminar que impedia a continuidade do processo. Se no prazo de 90 dias não houver contestações ao relatório, o Inbra iniciará a notificação dos proprietários dos 16 imóveis rurais e dos dois posseiros que estão no território dos quilombolas para que seja possível a titulação das terras (que abrangem cerca de 5.126 hectares).

Fonte: Boletim Destaque Seppir, n.134

### VITÓRIA PARA JATOBÁ

O Inbra publicou, no dia 14 de dezembro, no Diário Oficial da União, a portaria de reconhecimento de todo o território de Jatobá como remanescente de quilombo. O próximo passo para a titulação é a desapropriação de 10.938,17 hectares, pois 1.778,83 já foram titulados em setembro de 2007 devido à concessão da Gerência Regional de Patrimônio da União na Bahia. A comunidade é formada por 69 famílias e fica no município de Muquém do São Francisco, nas margens do Rio São Francisco.

Fonte: MDA

**MT**

## **CAPACITAÇÃO PARA PROFESSORES**

De 22 de outubro a 1º de novembro, 130 quilombolas de diversas comunidades participaram do curso de capacitação para professores de áreas quilombolas, realizado pela Coordenação de Educação Étnicas e Raciais da Secretaria de Estado de Educação. O curso abordou temas como história negra e origem dos quilombos; e foram promovidos debates sobre relações étnico-raciais da cultura, religiosidade e arte negra.

Fonte: Jornal O Documento

**MS**

## **ÁGUA PARA AS COMUNIDADES**

As comunidades de Furnas da Boa Sorte, Carrapatinho, Caridade e São Sebastião passaram a contar com uma rede de abastecimento de água, instalada na Comunidade Furnas da Boa Sorte, no município de Corguinho. Inaugurada no dia 17 de dezembro pela Funasa, a obra beneficiará 36 famílias. A Funasa anunciou, durante o seminário "A Luta e a Resistência dos Negros no Brasil", realizado no dia 23 de novembro, que investirá, em 2008, mais de um milhão de reais em obras de saneamento básico e redes de abastecimento de água nas comunidades quilombolas do estado.

Fonte: Jornal Nortão

**MG**

## **COMUNIDADE DE TERREIRO CERTIFICADA**

A Comunidade Manzo Ngunzo Kaiango, do Terreiro Mame'to de Inkisse Munhandê, localizada em Belo Horizonte, recebeu, no dia 8 de dezembro, a certidão da FCP

de comunidade remanescente de quilombo. Foi a primeira comunidade religiosa de matriz africana a ser certificada pela FCP.

Fonte: Seppir e Site O Tempo

## **FEDERAÇÃO REIVINDICA**

A federação das comunidades quilombolas de Minas Gerais - N'Golo encaminhou, no dia 29 de novembro, uma pauta de reivindicações ao coordenador-geral de Regularização de Territórios Quilombolas do Incra, Rui Santos. Entre as reivindicações está a imediata publicação dos relatórios antropológicos, concluídos no ano de 2007, das seguintes comunidades: Mumbuca, Gurutubanos, Brejo dos Crioulos e Amaros. O documento também apresenta uma lista de metas para o ano de 2008, entre elas: a elaboração e publicação de 30 Relatórios (RTID) e a titulação e desintrusão de dez territórios quilombolas. Há 88 processos de regularização de territórios quilombolas instaurados no Incra-MG. O estado é o terceiro em número de comunidades quilombolas certificadas pela FCP.

Fonte: Grupo de discussão GT Quilombos e MDA

**ES**

## **QUILOMBOLAS DO SAPÊ DO NORTE SE MANIFESTAM**

Trezentos quilombolas do Sapê do Norte saíram às ruas de Conceição da Barra, no dia 30 de novembro, para se manifestar pelo direito à terra, água, florestas, cultura, religiosidades, atividades econômicas e valorização de sua história. Os manifestantes percorreram 15 km realizando diversas paradas: em um rio, para homenagear os rios e córregos mortos pela monocultura do eucalipto; no Batalhão da Polícia Militar, contra a violência e pela defesa do povo; no Fórum, contra a criminalização do movimento

quilombola e pelo cumprimento da justiça aos crimes cometidos pela Aracruz Celulose; na prefeitura municipal, por políticas públicas sociais e econômicas; e na praça central, pela cultura quilombola. O evento, que acontece há três anos, contou com a presença de indígenas, representantes da CONAQ, da Rede Deserto Verde, do Movimento Nacional de Direitos Humanos, da Articulação Capixaba de Agroecologia, entre outros.

Fonte: e-mail enviado para o OQ pelo antropólogo Sandro José da Silva

**RJ**

## **COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DA OAB APÓIA MARAMBAIA**

A Comissão de Direitos Humanos e Assistência Judiciária (CDHAJ) da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Estado do Rio de Janeiro (OAB/RJ), manifestou seu apoio à garantia dos direitos da comunidade quilombola da Ilha da Marambaia, localizada em Mangaratiba. De acordo com a presidente da Comissão, Margarida Pressburguer, a CDHAJ está atenta a todos os assuntos que envolvam preconceitos e violações. "Falar de quilombo representa um resgate histórico, ao qual merece ser dada toda atenção", afirmou Margarida.

Fonte: OAB/RJ

## **RELATÓRIOS ANTROPOLÓGICOS CONCLUÍDOS**

No mês de dezembro foram finalizados oito relatórios antropológicos de comunidades localizadas nos municípios de Araruama, Búzios, Campos dos Goytacazes, Paraty, Quissamã, Rio Claro e Rio de Janeiro. A conclusão do relatório é uma das etapas para a regularização fundiária dos territórios quilombolas.

Fonte: Site O Eco

## OCUPAÇÃO DO INCRA NO DIA PELA REGULARIZAÇÃO

Cerca de 50 quilombolas ocuparam a sede do Incra-RJ para uma manifestação no recém-criado Dia Nacional Pela Regularização Fundiária, dia 7 de novembro. Estavam presentes as comunidades de Campinho da Independência e Cabral (Paraty), Ilha da Marambaia (Mangaratiba), Alto da Serra (Rio Claro), Rasa (Búzios), Caveira/Botafogo (São Pedro d'Aldeia), Santa Rita do Braçuí (Angra dos Reis), Maria Conga (Magé), Lagoa Feia (Campos dos Goytacazes), Sacopã e Pedra do Sal (Rio de Janeiro). Os quilombolas reivindicaram a presença dos técnicos do Incra e realizaram uma reunião para discutir sobre os casos das comunidades. Os representantes quilombolas aproveitaram ainda para realizar a Assembléia da Associação das Comunidades Quilombolas do Estado do Rio de Janeiro (Acquilerj). Na ocasião dez comunidades decidiram se associar à Acquilerj, que a passa a contar com 17 comunidades. Além disso, houve votação para eleger a diretoria. Ronaldo dos Santos, da comunidade de Campinho da Independência, foi reeleito como presidente da Associação.

Fonte: OQ/KOINONIA



## CAMPINHO INAUGURA RESTAURANTE NA COMUNIDADE

A comunidade de Campinho da Independência, localizada em Paraty, inaugurou um restaurante, no dia 15 de dezembro. De acordo com a Associação de Moradores de Campinho (Amoc), que administra o negócio, 25 mulheres produzirão

as comidas típicas que serão servidas aos turistas e os alimentos utilizados serão adquiridos de produtores locais. A expectativa é de que, indiretamente, sejam beneficiadas 450 pessoas. O restaurante faz parte do Projeto Desenvolvimento Sustentável em Comunidades Remanescentes de Quilombo, uma parceria entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Petrobras, Fundação Universidade de Brasília, Seppir, Sesi e Eletronuclear.

Fonte: Boletim Destaque Seppir, n.134

## SP

### ARTESANATO E POLÍTICAS PÚBLICAS

Cento e sessenta artesãos de todo o Brasil reuniram-se no seminário "Da Roça à Arte: perspectivas de políticas públicas para o artesanato com fibra de bananeira", promovido pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq), em parceria com o Instituto Socioambiental (ISA) e a Associação Quilombo de Ivaporunduva, no Vale do Ribeira. O evento, realizado em dezembro, em Piracicaba, foi a última etapa de um projeto de dois anos e meio que a escola levou adiante com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. Os participantes foram divididos em grupos para debaterem temas como pesquisa; capacitação; divulgação; projetos tecnológicos; sustentabilidade ambiental; crédito; rede de comunicação; legislação. Como resultado, o ISA, a Esalq e a associação quilombola levarão aos órgãos competentes as propostas de solução para os problemas do artesanato de fibra de bananeira.

Fonte: ISA

### MULHERES GERAM RENDA NAS COMUNIDADES

Mais de 169 mulheres quilombolas e de assentamentos

participaram do seminário "Tempo de Aprender: Oficinas de Autonomia" composto por dois encontros, realizados em dezembro, nos municípios de Presidente Prudente e Pariquera-Açú. Uma das conclusões do seminário foi que as mulheres têm papel essencial na renda das comunidades. Os encontros integraram o Programa de Formação Continuada de Apoio à Organização e Gênero, do Pronaf, executado desde 2004 com mulheres quilombolas e assentadas.

Fonte: Boletim Itesp, n.40

### PUBLICADO RTID DE SÃO ROQUE

O Relatório Técnico de Identificação e Delimitação da comunidade de São Roque, formada por 200 famílias, foi publicado no DOU em 30 de novembro. O território quilombola corresponde a 7.327 hectares e está situado nos municípios de Pedra Grande, em Santa Catarina, e Mampituba, no Rio Grande do Sul.

Fonte: Incra

## RS

### QUILOMBOLAS DO RS REUNIDOS

Comunidades quilombolas do litoral norte do Rio Grande do Sul se encontraram no dia 24 de novembro para celebrar a Semana da Consciência Negra. Estiveram presentes no encontro as comunidades Olhos d'água, Caporococas, Teixeiras, Coloidianos, Casca e Limoeiro. Os quilombolas manifestaram preocupação com a morosidade do processo de reconhecimento e titulação de suas terras. Até o momento, nenhuma das quase 130 comunidades identificadas do estado obteve o título de posse definitiva.

Fonte: Instituto de Assessoria às Comunidades Remanescentes de Quilombos

• NACIONAL

**JUSTIÇA DECLARA QUE DECRETO 4.887 É CONSTITUCIONAL**

O Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região acatou o argumento da Procuradoria Federal do Incra de que o artigo 68 é auto-aplicável e que o Decreto 4.887 apenas estabelece como deve ser o processo de regulação e, portanto, não seria inconstitucional, como afirma Ação de Inconstitucionalidade (Adin) movida pelo Partido dos Democratas. A decisão foi proferida no âmbito de processo judicial movido contra o Incra com o objetivo de suspender o processo de Pedra do Sal (RJ), mas beneficia a todas as comunidades quilombolas do País.

Fonte: Site da Advocacia Geral da União

**MOVIMENTO QUILOMBOLA DEFENDE PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE EM AÇÕES DO GOVERNO**

O Programa Territórios da Cidadania, lançado pelo MDA em 2007, pretende beneficiar, até 2010, 38,6 milhões de cidadãos - 1,8 milhão de pequenos agricultores, quase meio milhão de assentados, 507 comunidades quilombolas e 356 territórios indígenas.

O integrante da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Quilombolas Rurais Negras (Conaq), Ronaldo dos Santos, acredita que a idéia do Programa é boa desde que conte com a participação da sociedade civil nas políticas e no projeto. Ele afirma que, embora o projeto seja direcionado também para as comunidades quilombolas, o movimento ainda não foi convidado pelo governo para conhecer a iniciativa.

Fonte: Agência Brasil e O Estado de São Paulo

**PROGRAMA QUER UNIVERSALIZAR LUZ DE QUILOMBOLAS**

O governo federal pretende investir, até 2010, R\$ 100 milhões na expansão do programa Luz para Todos a todas as comunidades quilombolas que ainda não têm acesso à energia elétrica. A estimativa do Ministério de Minas e Energia, responsável pelo programa, é atender 19.846 famílias no período. A meta para 2008 é injetar R\$ 43,7 milhões na eletrificação dessas comunidades, mais que a metade dos recursos aplicados nos últimos cinco anos. Segundo o Ministério de Minas e Energia, a falta de titulação de boa parte das terras quilombolas não dificultará a expansão do programa, pois uma instrução do Ministério do Planejamento autoriza o governo a investir em equipamentos públicos nas terras quilombolas.

Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - Pnud em 08/02/2008 e Jornal Clica Brasília

Luz Para Todos  
Site: <http://www.mme.gov.br/html/luzparatodos/>  
No site há uma lista de comitês Gestores Estaduais que facilitarão o acesso ao Programa.  
Tel: (61) 3319-5798

**MINISTRO DA SEPPIR AFIRMA QUE APROFUNDARÁ AGENDA QUILOMBOLA**

O deputado federal eleito pelo Rio de Janeiro, Edson Santos de Souza, assumiu no dia 20 de fevereiro a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), afirmando que não haverá descontinuidade nas ações que vinham sendo desenvolvidas pela sua antecessora Matilde Ribeiro, mas que elas serão aprofundadas. Sobre as críticas da mídia às demarcações de terras quilombolas, o ministro disse que "Sempre há questionamentos sobre a demarcação de terras quilombolas, indígenas etc.

Mas a demarcação dessas áreas é feita levando em conta a relação que essas populações têm com o meio ambiente em que vivem. O que vamos fazer é aprofundar a agenda social nessas regiões".

Fonte: Jornal Folha de São Paulo e Em Questão

**UNESCO PESQUISARÁ COMUNIDADES QUILOMBOLAS**

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) realizará um inventário do patrimônio material e imaterial de oito comunidades quilombolas. O estudo inclui a comunidade de Linharinho, no município de Conceição da Barra, além de comunidades localizadas em Minas Gerais, Bahia, São Paulo, Rio Grande do Norte, Santa Catarina e Sergipe.

Fonte: Site Século Diário

**121 ORGANIZAÇÕES PEDEM AUDIÊNCIAS PÚBLICAS PARA LEI DE BIODIVERSIDADE**

A Casa Civil recebeu em 25 de fevereiro documento firmado por 121 organizações da sociedade civil, movimentos sociais, povos indígenas e tradicionais em que pede a ampliação do prazo da Consulta Pública (que terminou em 28 de fevereiro) sobre a lei de acesso a recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados, garantindo um processo amplo de discussão com toda a sociedade através de audiências públicas presenciais nos estados e municípios.

O Ante Projeto de Lei está em discussão a portas fechadas na Casa Civil desde 2003 e, nesse tempo, a sociedade civil organizada foi excluída do processo, embora tenha solicitado várias vezes transparência e espaço para integração.

Fonte: Instituto Socioambiental

## • NOS ESTADOS

### RO

#### **QUILOMBOLAS DE SANTO ANTÔNIO DO GUAPORÉ DISPENSAM CESTAS BÁSICAS**

A comunidade quilombola Santo Antônio do Guaporé, localizada em São Francisco do Guaporé, deu um exemplo de dignidade e honestidade para os brasileiros. Depois de desenvolver um projeto de auto-sustentabilidade a partir da plantação do açaí, a comunidade dispensou as cestas básicas doadas pelo governo. Para o presidente da Associação Comunitária Quilombola e Ecológica do Vale do Guaporé, José Soares Neto, o "Zeca Lula", receber as cestas básicas por um período foi tão importante que houve essa recusa, por decisão da própria comunidade, para que outros quilombolas possam receber também.

Fonte: Maracaju News

### PA

#### **ARRAIAL DO PAVULAGEM REVIVE CANÇÕES RIBEIRINHAS E QUILOMBOLAS**

Aconteceu no mês de janeiro, no centro histórico de Belém, o tradicional Arraial do Pavulagem. A partir das raízes da cultura amazônica, das lendas e crenças que povoam o imaginário popular, o Arraial propõe festejar a tradição paraense junto à comunidade, por meio de três cortejos que já se tornaram parte da programação cultural da cidade. Durante o percurso, os foliões revivem canções ribeirinhas e quilombolas, ao mesmo tempo em que apresentam composições inéditas e celebra a modernidade e o futuro da Amazônia. Em 2003, foi criado o Instituto Arraial do Pavulagem, fundação sem fins lucrativos que desenvolve parcerias com os setores público e privado para a

promoção de eventos de caráter educativo e cultural.

Fonte: Portal da Amazônia

Para saber mais, visite <http://www.arraialdopavulagem.com.br/>.

### MA

#### **QUILOMBOLAS DE MAMUNA DENUNCIAM EMPRESA ALCÂNTARA CICLONE SPACE**

A empresa Alcântara Cyclone Space (ACS), consórcio montado entre o Brasil e a Ucrânia para o lançamento de foguetes e satélites a partir da base de Alcântara, está perfurando o solo, abrindo estradas, destruindo a mata nativa e poluindo os rios, em áreas de onde a comunidade de Mamuna tira seus alimentos. A Convenção 169 garante aos quilombolas o direito de serem consultados e participarem da formulação, aplicação e avaliação de planos e programas que os afetem, o que não aconteceu na área quilombola de Mamuna. Além disso, o governo federal não cumpriu a ordem judicial de setembro de 2006 que obrigava o Incra a regularizar o território quilombola de acordo com o laudo antropológico produzido pelo Prof. Alfredo Wagner de Almeida. Em apoio aos quilombolas, entidades da sociedade civil enviaram nota de repúdio à atuação da ACS e do Governo Federal.

Fonte: Jornal O Estado do Maranhão, Agência de notícias Adital, GT Quilombos e Boletim Quilombol@

### PE

#### **CONCEIÇÃO DAS CRIULAS PEDE APOIO CONTRA VIOLÊNCIA DE FAZENDEIROS**

A Associação Quilombola de Conceição das Crioulas (AQCC) divulgou ofício endereçado à Secretaria de Defesa Social relatando violências e ameaças de morte que a comunidade vem sofrendo por parte de fazendeiros dentro do

território quilombola. O documento pede ação imediata do Poder Público Estadual, assim como da Secretaria de Desenvolvimento e de Direitos Humanos, designando um Delegado Especial para averiguar as violências acontecidas na comunidade. Segundo a AQCC, o caso foi oficiado à Secretária Nacional de Justiça do Governo Federal, através da Subsecretária de Políticas para Comunidades Tradicionais da Seppir, que tomou conhecimento do caso no dia 14 de janeiro de 2008.

Fonte: GT Quilombos em 14/1/2008

#### **ESTUDO INÉDITO MAPEIA COMUNIDADES QUILOMBOLAS**

O maior mapeamento sobre remanescentes de quilombos já realizado em Pernambuco irá inserir 400 novas famílias no programa Bolsa Família. O estudo, inédito no país, está sendo executado pelo Centro de Cultura Luiz Freire. A pesquisa, realizada por três antropólogos com a ajuda de 75 quilombolas, foi custeada pelo governo federal. Segundo Givânia Silva, subsecretária de Políticas para Comunidades Tradicionais da Seppir, o estudo permitirá traçar o perfil das comunidades, facilitando a implantação de projetos de saneamento básico e abastecimento d'água, além de promover efeitos indiretos, como a identificação e formação de lideranças para defesa da causa quilombola.

Fonte: Pernambuco.com

### AL

#### **BANCOS DE SEMENTES**

No dia 4 de janeiro foi aprovada a Lei nº 6.903 que criou o Programa Estadual de Bancos Comunitários de Sementes de Alagoas. O programa busca garantir a sustentabilidade da pequena produção agrícola, oferecendo sementes para o plantio e capacitação para o gerenciamento

to nas comunidades de agricultores familiares quilombolas e indígenas. As sementes produzidas nos bancos comunitários são as chamadas sementes crioulas, aquelas que não passam por mudanças tecnológicas ou genéticas e que não possuem certificação. Em Alagoas existem cerca de 60 bancos de sementes crioulas e a meta é que esse número seja duplicado.

Fonte: JC on line

## MUDANÇAS NA EDUCAÇÃO

Representantes de órgãos estaduais, ONGs, movimentos sociais, instituições privadas, unidades de ensino e secretarias municipais de Educação reuniram-se, em Alagoas, no dia 9 de janeiro, para a IV Roda de Diálogos Étnico-Raciais: A Educação Construindo Políticas Públicas para Promoção da Igualdade Racial. Os cerca de 30 participantes elaboraram diretrizes para a implementação da Lei Estadual nº 6.814/07, que determina o ensino da história e da cultura africana nas unidades de ensino alagoanas. Uma das questões abordadas no encontro foi a criação de propostas específicas para as escolas quilombolas e a inserção, nessas unidades de ensino, das disciplinas artes afro-brasileiras, história da consciência negra e metodologia da pesquisa.

Fonte: Alagoas em Tempo Real

## MS

### SEMINÁRIO NACIONAL ARÁ ILU AYÊ

A Coordenação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Mato Grosso do Sul (Conerq/MS) promoveu, entre os dias 14 e 16 de fevereiro, o I Seminário Nacional Ará Ilu Ayê - Gente da terra da vida. Estiveram presentes aproximadamente 100 pessoas, entre elas representantes de cerca de 20 comunidades, além de pesquisadores, vereadores, assessores

parlamentares estaduais e federais e representantes do Inbra.

Fonte: KOINONIA

### COMUNIDADES COMEMORAM AVANÇO NO PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO

As comunidades de Furnas do Dionísio, em Jaraguari; Colônia São Miguel, em Maracaju; Família Cardoso, em Nioaque; e Chácara do Buriti, em Campo Grande, comemoraram, em janeiro, a publicação nos Diários Oficiais do Estado e da União dos Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID) de suas áreas. Em Mato Grosso do Sul, existem 14 comunidades quilombolas identificadas, 11 iniciaram o processo de regularização fundiária de seus territórios. Em uma reunião realizada no dia 4 de janeiro, ficou acertado que até 2009 o Inbra irá concluir todos os 11 processos.

Fonte: Clipping da 6ªCCR do MPF e Agora MS

## BA

### CURSOS UNIVERSITÁRIOS ESPECIAIS

A Universidade do Estado da Bahia (Uneb) oferece 340 vagas para três cursos de graduação especiais para integrantes de movimento sociais. Por meio de processo seletivo, são oferecidas 120 vagas para pedagogia da terra, 120 para letras e 100 para engenharia agrônoma. As graduações seguem uma metodologia de alternância, em que os alunos não têm aulas todos os dias e o tempo passado no campo é considerado



como atividades práticas. Durante a graduação, o aluno é orientado pelos professores e por alunos-monitores dos próprios movimentos. Atualmente estão estudando 340 integrantes de movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Assentados, Acampados e Quilombolas (Ceta).

Fonte: A Tarde On Line e Jornal da mídia.

Universidade do Estado da Bahia - UNEB  
<http://www.uneb.br/> - [prograd@listas.uneb.br](mailto:prograd@listas.uneb.br)  
 (71) 3117-2200  
 Rua Silveira Martins, 2555, Cabula. Salvador-Bahia. CEP: 41.195.001

## MG

### BREJO DOS CRIoulos TEM RTID PUBLICADO

Em fevereiro, a comunidade Brejo dos Crioulos, localizada nos municípios de São João da Ponte e Varzelândia, teve o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) publicado no Diário Oficial da União. A área da comunidade soma mais de 17 mil hectares, com a existência de cerca de 100 imóveis particulares. Abre-se agora prazo de 90 dias para a contestação dos interessados, que devem encaminhar recursos à Superintendência Regional do Inbra em Minas Gerais.

Fonte: CONIC e Clipping da 6ªCCR do MPF

## RJ

### KOINONIA REALIZA VÍDEOS QUILOMBOLAS

A temática quilombola tem sido foco de muitas reportagens jornalísticas recheadas de erros e contrárias aos direitos das comunidades remanescentes de quilombo. Essa realidade foi um dos estímulos para KOINONIA produzir vídeos nos quais os próprios quilombolas falassem, sem porta-vozes, de sua história, presente e futuro. A fase de captação de imagens e depoimentos foi realizada pelas equipes do Programa Egbé Territórios Negros e da produtora Sumaúma, que

viajaram durante uma semana pela região Sul Fluminense visitando as comunidades de Alto da Serra (Rio Claro), Campinho da Independência (Paraty), Quilombo de Santa Rita do Bracuí (Angra dos Reis) e Ilha da Marambaia (Mangaratiba). O trabalho resultará em um conjunto de vídeos curtos, de cerca de um minuto, e temáticos, de maior duração, sobre algumas lideranças quilombolas, que serão veiculados no site de KOINONIA ([www.koinonia.org.br](http://www.koinonia.org.br)) O lançamento está previsto para o mês de abril e acontecerá em algumas comunidades quilombolas do Rio de Janeiro.

Fonte: KOINONIA



## QUILOMBO DA SACOPÃ TEM RTID PUBLICADO

O Incra publicou, no Diário Oficial da União, o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) da comunidade de Sacopã, nos dias 1º e 28 de fevereiro. Sacopã fica no bairro da Lagoa, Zona Sul do município do Rio de Janeiro, e tem 23,9 mil metros quadrados de área delimitada. Oito famílias moram na comunidade, que habita a área há mais de cem anos.

Fonte: MDA



SP

## QUILOMBO DO SÃO PEDRO, EXEMPLO NA CRIAÇÃO DE TILÁPIA

A criação de Tilápias do Nilo no quilombo do São Pedro, município de Eldorado, foi tema de oficina realizada na Universidade Estadual Paulista (Unesp), nos dias 18 e 19 de fevereiro.

Antes, as 39 famílias da comunidade viviam quase exclusivamente da roça de subsistência. A busca por alternativas econômicas viáveis, com o uso racional dos recursos naturais e com a preservação da diversidade e identidade cultural, foi viabilizada com a criação, em pequena escala, da Tilápia do Nilo. O projeto, iniciado em 2006, é fruto de uma parceria do quilombo com o Itesp e a Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (Apta), da secretaria estadual de Agricultura e Abastecimento.

Fonte: Boletim Itesp, n.49

## QUILOMBOS DO MÉDIO RIBEIRA SÃO CLASSIFICADOS COMO ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

No final de 2007, a Assembléia Legislativa aprovou o Projeto do Mosaico do Parque Jacupiranga. O projeto que altera os limites do Parque foi resultado das avaliações feitas por um grupo de estudos e pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente. Com a criação do Mosaico, a área de Unidades de Conservação passa a compreender quase 244 mil hectares. Pelo projeto as terras ocupadas por comunidades tradicionais passam a ser Unidades de Desenvolvimento Sustentável, o que permite que as pessoas possam manter culturas de subsistência, com respeito à preservação do meio ambiente. Foram instituídas Áreas de Prote-

ção Ambiental (APAs) no Planalto do Turvo, Cajati, Rio Pardinho e Rio Vermelho, assim como Quilombos do Médio Ribeira.

Fonte: Boletim Itesp, n.50

## SINALIZAÇÃO VALORIZA ECOTURISMO NO QUILOMBO MANDIRA

O Programa de Ecoturismo – uma iniciativa da comunidade quilombola do Mandira, em Cananéia, com apoio do Itesp – instalou placas de sinalização e identificação de distância e localização dos atrativos naturais na área do quilombo Mandira. A medida visa facilitar a vida dos visitantes. O programa vem se consolidando como umas das mais promissoras atividades para o desenvolvimento local. O objetivo principal é a melhoria da qualidade de vida da comunidade e o desenvolvimento do ecoturismo sustentável.

Fonte: Boletim Itesp, n.42

## QUILOMBO NHUNGUARA RECEBEM ÁGUA ENCANADA

A comunidade de Nhunguara, no Vale do Ribeira, recebeu da Fundação Itesp a implantação de 2,5 quilômetros do sistema de abastecimento de água. Foram investidos cerca de R\$ 22,5 mil em recursos provenientes do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro), da Secretaria do Meio Ambiente. Até o final de 2008, a meta é concluir o programa de melhoria do abastecimento de água nas comunidades quilombolas. O contrato com o Fehidro prevê a implantação de rede de distribuição de água em quatro comunidades do Vale do Ribeira: Nhunguara, Mandira, Morro Seco e André Lopes. O programa vai beneficiar cerca de 200 famílias.

Fonte: Boletim Itesp, n.42

### AS AÇÕES DE LIBERDADE NO SUL DA BAHIA

Desde a primeira metade do século XIX a população africana ou afrodescendente luta pela liberdade nos tribunais brasileiros. Uma lei de 7 de novembro de 1831 determinava o fim do tráfico de escravos e considerava livre qualquer africano que fosse capturado a bordo de navios usados para o tráfico (a partir de então declarado ilegal) ou que tivesse sido apreendido em terra como “recém-importado”. Foi com base no artigo primeiro dessa lei que muitos cativos moveram ações contra seus proprietários, a fim de obterem liberdade.

Contando com a ajuda de abolicionistas, simpatizantes do movimento e com o apoio de outros escravos e libertos, os cativos buscavam provas que viabilizassem suas reivindicações, tais como os registros da matrícula geral de escravos, em que suas idades eram anotadas e, principalmente, a apresentação de testemunhas que certificassem que eles haviam sido ilegalmente importados para o Brasil.

Ainda não se sabe o número de africanos que chegaram ao Brasil e foram reconhecidos como livres nessa campanha de repressão ao tráfico ilegal. Já quanto ao total de africanos desembarcados clandestinamente, estima-se algo que só na Bahia foram cerca de 32.500 durante a década de 1830. A baía de Camamu, em especial, tornou-se um importante palco desses desembarques e de inúmeras ações de liberdade de escravos que alegavam terem aportado em território brasileiro depois da lei de 1831.

Um desses casos foi o do jovem escravo Bernardo que, em 1886, moveu uma ação de liberdade contra seu senhor, o Capitão Domingos Francisco do Nascimento, dono de uma fazenda localizada em Marau. Bernardo afirmava perante a Justiça que sua mãe, a africana Angélica, havia desembarcado clandestinamente de um navio negreiro em Barra Grande de Camamu. Para provar a veracidade de seu relato, o procurador de Bernardo alegou que Angélica havia sido matriculada como cativa do Capitão em 23 de agosto de 1872 com apenas 23 anos de idade, além de ter sido declarada como africana no documento. Bastava uma simples subtração entre a data da matrícula e a idade apresentada no documento para perceber que a mesma havia entrado no Brasil depois de 1849, portanto, muito tempo depois da lei de 1831.

O procurador do Capitão Nascimento contestou a afirmativa de Bernardo. Segundo ele, o fato de Angélica e o filho terem vivido durante longos anos

sem questionar o cativo significava o reconhecimento da autoridade senhorial. Um argumento que se sustentava na fantasia de que todos conheciam e tinham acesso igual às leis e às formas de aplicá-las. Um argumento que naturalizava a injustiça ao desconsiderar a dificuldade de acesso aos tribunais – de brancos e letrados – e, sobretudo, o mérito de Bernardo de ter interpretado a lei a seu favor.

Preso na ambigüidade da alegação do Capitão Nascimento, em 1887 o juiz responsável pelo julgamento anulou o processo e determinou que Bernardo entrasse com uma nova ação. Seu procurador apelou da sentença e o processo foi remetido para o Tribunal da Relação da Bahia, em 3 de maio 1888. Bernardo não sabia que faltavam apenas dez dias para a Abolição oficial da escravatura no país.

Entre os anos de 1885 e 1888 foram identificadas pelo menos 32 ações de liberdade nas vilas da baía de Camamu, envolvendo cerca de 50 cativos. Esses processos encontram-se no Arquivo Público do Estado da Bahia.

*Daniela Yabeta*  
*Mestranda em História das Instituições UNIRIO*

Fontes Bibliográficas:

**Lembranças de um desembarque de escravos na Bahia oitocentista através das falas dos cativos que disputavam suas liberdades na justiça.** Bahia (1885-1888), de CAÍRES, Ricardo Tadeu Silva.

**To be a liberated african in Brazil:** labour and citizenship in the nineteenth century. Tese de Doutorado de MAMIGGONIAN, Beatriz Gallotti. Canadá: University of Waterloo, 2002





## GOVERNO LULA AMEAÇA RETIRAR DIREITO DE QUILOMBOLAS EM FAVOR DE RURALISTAS DO AGRONEGÓCIO

O ano de 2007 foi marcado pelo acirramento do conflito no meio rural. A intensa mobilização dos grupos desfavoráveis à regularização dos territórios quilombolas foi encabeçada pelo “movimento paz no campo,” que tem sede no ES. Esse grupo é representado por partidos políticos como os Democratas, a Bancada Ruralista do Congresso Nacional, Empresas Multinacionais do agro negócio como a Aracruz Celulose e Susano, latifundiários e setores do governo federal.

O principal objetivo do grupo é derrubar o decreto 4.887/03 que regulamenta o artigo 68 da Constituição Federal, que trata da regularização dos territórios quilombolas.

Atualmente, tramita no Congresso Nacional o Projeto de Decreto Legislativo 44/07 de autoria do Dep. Fed. Valdir Colatto (PMDB/SC), que visa sustar o referido decreto, e simultaneamente, está pra ser votado no STF (Supremo Tribunal Federal) a ADIN 3239 de 25/06/04 apresentada pelo antigo PFL, atual Democratas, que julga inconstitucional a regularização dos territórios quilombolas.

Alegando dirimir o conflito, o governo federal estabeleceu um GT encabeçado pela AGU – advocacia geral da união – que decidiu rever os procedimentos administrativos de regularização dos territórios quilombolas alterando a Instrução Normativa 20 do INCRA.

O processo foi considerado pelo movimento quilombola uma atitude, além de “racista”, uma ameaça aos direitos humanos se considerarmos o direito dos quilombolas de serem consultados, garantido pela convenção 169 da OIT.

Indignados e desesperançados com a atitude de setores do governo, o movimento quilombola lançou uma campanha junto com entidades parceiras contra a decisão do governo dizendo não à alteração da IN 20 e sim à imediata implementação do decreto 4887/03.

Nota à imprensa divulgada pela CONAQ

## conheça

**Até onde a vista alcança**, documentário curta-metragem realizado pela Asterisco e dirigido e produzido por Felipe Peres Calheiros. O filme, lançado no dia 20 de novembro, conta a história da comunidade do Sambaquim e Riachão do Sambaquim, localizada no município de Panelas, a 201 km do Recife (PE). O documentário acompanha um grupo de 46 moradores da comunidade em sua primeira visita ao mar.

Mais Informações: tel: (81)9959-8066 / e-mail: perescalheiros@yahoo.com.br

**Cumbuca de Quilombo**, documentário de Roberto Sabóia e Ricardo Augusto, produzido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), através da Superintendência Regional do Piauí, em parceria com a Associação Brasileira de Documentaristas do Estado do Piauí (ABD-PI). O tema do filme são os moradores da comunidade de Salinas que integram o Grupo de Tradições Culturais Samba de Cumbuca. Salinas fica no município de Campinas do Piauí (PI).

Mais Informações: Assessoria de Comunicação do IPHAN/PI: Meirelane Freitas: (86) 9992-6479/3221-1404/5538

**Cartilhas dos Centro de Cultura Negra do Maranhão.** São três publicações que abordam os trabalhos desenvolvidos nas comunidades quilombolas do Maranhão pelo Projeto Quilombo Resistência Negra (PQRN) e Projeto Vida de Negro (PVN).

Mais informações: ccnmaranhao@bol.com.br / (98) 3249-4938



## siglas usadas nesta edição

**CONAQ:** Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras rurais Quilombolas

**FCP:** Fundação Cultural Palmares

**Funasa:** Fundação Nacional de Saúde

**Incra:** Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

**Itesp:** Instituto de Terras do Estado de São Paulo

**MDA:** Ministério do Desenvolvimento Agrário

**Seppir:** Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

## territóriosnegros

Este informativo é parte do projeto de comunicação do Observatório Quilombola (OQ), produzido pelo programa EGBÉ - TERRITÓRIOS NEGROS de KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço. Sua periodicidade é bimestral; com uma tiragem de 1.200 exemplares, destinada à distribuição entre as comunidades negras. Também encontra-se em formato digital no site OQ. Colabore com notícias e manifeste sua opinião.

**Editor:** José Maurício Arruti

**Editora assistente:** Rosa Peralta

**Pesquisa:** Andréa Carvalho, Ana Gualberto, Daniela Yabeta, Rosa Peralta

**Programação visual:** Cibele Bustamante

**Redação:** Manoela Vianna e Marcia Evangelista de Souza

**Revisão:** Helena Costa

**Secretário-executivo KOINONIA:** Rafael Soares de Oliveira



KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço  
Rua Santo Amaro, 129 Glória • 22211-230  
Rio de Janeiro • RJ  
Tel. (21) 2224-6713 Fax (21) 2221-3016



territoriosnegros@koinonia.org.br  
www.koinonia.org.br  
oq@koinonia.org.br  
www.koinonia.org.br/oq